

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N° 138 - Setembro de 1977 - Crs. 1,00

Carta de
Prestes
ao Partido

PAGS. 4 e 5

Editorial

Discriminação perigosa

A reação anticomunista das classes dominantes é divulgação do encontro entre os Secretários-Gerais do PCB e do PCF, da qual *O Estado de São Paulo* se fez veículo, é um retrato do ambiente político em que vivemos.

Luiz Carlos Prestes, em sua entrevista a *L'Humanité*, não disse, é claro, nada de muito diferente daquilo que se tem dito e redito diariamente em nosso País. Que a ditadura — ou o regime, ou o «sistema», ou o poder, ou o governo — está em processo crescente de isolamento, não é sequer uma questão de interpretação: são os fatos que o dizem. Já a proposta básica apresentada por nosso camarada, ela corresponde ao projeto geral da imensa maioria dos brasileiros e tem sido feita um pouco por toda a parte, em manifestos, discursos, pronunciamentos, editoriais.

Por que, então, a preocupação de estigmatizar suas declarações, tachá-las de inoportunas? Porque elas foram feitas em nome dos comunistas. Ai reside, aos olhos do poder e de seus aliados, o grave problema. Para estes, os comunistas, não importa o que digam, não podem falar, ou melhor, não devem ser ouvidos. Se for necessário e possível trucidá-los para que não falem e não ajam e não sejam ouvidos, os fascistas não hesitam em fazê-lo. Mas se o momento político lhes sugere outro comportamento...

Quando a reação insiste em fazer com que a sociedade aceite a discriminação dos comunistas, é a batalha pelo amanhã que ela está encetando. Em seu projeto, a substituição do atual regime, quando se revelar inevitável daria lugar a uma democracia restrita, tão restrita quanto possível, e onde a classe operária estaria convenientemente enquadrada. É daí que nascem os problemas com os comunistas. A coerência entre o que dizem e fazem os comunistas não convém à reação, porque é a partir dela que sua demagogia e suas falsidades são postas a nu. Classe operária enquadrada, democracia restrita, só com Partido Comunista fraco, isolado. Não se trata, pois, de guerra religiosa, mas da luta de classes.

É com esta visão que devemos examinar a súbita descoberta da classe operária e todas as especulações que, em torno a seu papel presente e futuro, fazem não só os que nunca pensaram nela, os que nunca estiveram ligados a seus problemas, a seus interesses, a suas aspirações, suas lutas, mas também seus inimigos de classe.

A classe operária não precisa de ajudas suspeitas e deve estar atenta face a certos interesses repentinamente aflorados. Se ela se apresenta hoje no cenário político nacional, se o movimento sindical é hoje objeto de interesse geral, é porque os trabalhadores, ao longo dos anos, foram abrindo seu próprio caminho. Como nos mostra Roberto Morena, chamando a atenção para a importância do programa do IV Congresso da CNTI, aprovado há sete anos, num momento de apogeu da ditadura, quando poucos, além dos comunistas, dos católicos e da repressão, estavam preocupados com os trabalhadores.

Não há, na vida social, dádivas generosas. Tudo se conquista, e com muita luta. Não é por vontade do poder que hoje se fala em democratizar o País, e muito menos nos problemas dos trabalhadores. Os traços essenciais do regime que, um dia, substituirá esta ditadura dependerão do espaço que ocuparem, na sociedade, a classe operária, os camponeses, as camadas médias urbanas, o Partido Comunista e as demais formações democráticas. A batalha pelo futuro já está em pleno curso. Para que ela seja travada com êxito, a classe operária, força social decisiva do campo democrático, precisa — como já o vem fazendo — definir autonomamente, e com precisão, seu programa.



As lutas sindicais

Em setembro de 1970, realizava-se o IV Congresso da CNTI, um dos mais importantes marcos das lutas dos trabalhadores contra o regime atual. Sete anos depois, o programa de reivindicações saído do encontro se mostra ainda atual, e Roberto Morena, membro do CC do PCB, analisando-o, conclui que exigir o seu cumprimento é tarefa que se impõe.

(pág. 2)



Encontro PCB - PCF

A solidariedade e a luta, em graus distintos, pela democracia e contra a ação das grandes multinacionais foram o centro do diálogo entre as delegações de PCF e do PCB que se encontraram recentemente, em Paris. Georges Marchais, secretário-geral do PCF, e Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB (foto) discutiram sobre a luta comum que é desenvolvida pelos trabalhadores dos dois países.

(pág. 7)

IV Congresso da CNTI (1970): um programa de lutas ainda por cumprir

Roberto Morena

Em setembro de 1970, realizou-se o IV Congresso Nacional dos Industriários, convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Foi o primeiro e mais importante congresso sindical realizado depois de abril de 1964 e das violências praticadas contra o movimento operário e sindical brasileiro pela ditadura militar que, então, se instalou.

A sua preparação, a sua efetivação, refletiu o descontentamento que reinava nos locais de trabalho como consequência das medidas aplicadas pelo novo regime contra as reivindicações e direitos dos trabalhadores da cidade e do campo. Convém deixar bem claro que, sob o arbítrio das intervenções nas organizações sindicais — tanto as levadas a cabo por elementos do Ministério do Trabalho quanto as efetuadas por dirigentes sindicais defensores da ditadura, ou a ela ligados — e com a destituição de diretorias eleitas democraticamente, cujos membros foram presos e processados, em 1965, o governo anulou uma antiga conquista do movimento sindical brasileiro: o de reivindicar aumentos e reajustes salariais diretamente, ou seja, em discussões entre empregados e empregadores. Os índices salariais decretados pelo governo não se passando do conhecimento aos reajustes dos salários mínimos das várias regiões do País.

O sr. Roberto Campos, que dirigia a política econômica dos primeiros anos do atual regime, foi bastante claro nos seus propósitos: atacar, em primeiro lugar, os salários dos trabalhadores com a mentirosa e surrada alegação de que eram os salários altos os responsáveis pela inflação. Dizia ele, em abril de 1966: «o processo costumeiro de revisão salarial em proporção superior ou igual ao custo de vida, é incompatível com o objetivo da desinflação e do desenvolvimento». Estava criada a máquina oficial de compressão e achatamento salarial.

Assim, já em 1970, os efeitos dessa política salarial se faziam sentir pesadamente: tornando insuportáveis os protestos e reclamações. É nesse quadro que se instala o IV Congresso Nacional dos Industriários, o qual teve que dedicar uma grande atenção a essa questão, aportando dados irrefutáveis sobre a insuportável situação econômica em que se encontrava a massa trabalhadora. E condenando, por completo, as medidas antiolepticas que a ditadura aplicava, e ainda aplica, desde o golpe de 1964.

Uma outra questão examinada pelo IV Congresso foi a referente à pretensão do governo de descarregar sobre os sindicatos o angustiante problema da assistência médica dos trabalhadores e de suas famílias, como previsto no falecido «Plano Nacional de Saúde». Ora, os sindicatos que já em sua estrutura atual têm que dedicar uma grande atenção aos serviços médicos e dentários, ademais da assistência jurídica, se veriam

transformados em ambulatórios, e desviados de suas tarefas fundamentais.

O IV Congresso rechaçou claramente essa manobra da ditadura.

Não é nossa pretensão examinar detalhadamente o que se tratou e deliberou nesse Congresso, nem reproduzir completamente o que os trabalhadores da indústria expuseram ao ditador de então, Garrastazu Médici. Basta resumir que o que decidiram nos documentos finais constituía, em grande parte, e ainda constitui, uma plataforma de luta.

No decorrer do Congresso apresentaram-se, ainda, considerações sobre o sistema sindical brasileiro; criticou-se a ausência de organização das comissões ou comitês de trabalhadores nos locais de trabalho, que tornariam e fariam os sindicatos mais fortes e respeitados. Evidentemente, a modificação da estrutura sindical de nosso País continua na ordem-do-dia. Liberdade e unidade sindical, unidade nas ações reivindicatórias e na dinâmica orgânica das entidades sindicais, se impõem cada vez mais.

E, por fim, uma observação que não pode ser esquecida: o IV Congresso determinou que a CNTI se desligasse da Organização Regional Interamericana do Trabalho, a desmoralizada ORIT, filiada à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL). Não é segredo para ninguém a ligação estreita e a dependência da ORIT em relação à organização norte-americana AFL-CIO, a Confederação Americana do Trabalho e Congresso dos Trabalhadores Industriais.

O QUE FALTOU E COMO CORRIGIR

Mas apesar do programa, ou melhor, da orientação aprovada no IV Congresso, a CNTI, suas federações filiais e seus sindicatos não levaram a termo a aplicação das decisões. Por pressão policial exercida sobre os órgãos de classe dos trabalhadores, mas também por omissão de suas direções. A pressão, ou mobilização das bases, a atividade reivindicatória dos trabalhadores, por sua vez, não tem sido permanente nem suficientes para que suas organizações sindicais se pusessem à frente dessa luta. Por outro lado, a estrutura e a prática quotidiana dos sindicatos — a maioria reduzida a órgãos assistenciais, voltados mais para reclamações de violações de direitos assegurados nas leis sociais existentes — tolhem, dificultam a ação coletiva das massas trabalhadoras.

Apesar da repressão continuada da ditadura militar, já têm surgido, entretanto, e se avolumam, ações sindicais que se ampliam, que combatem abertamente a política antioleptica e, inclusive, toda a política econômica do regime. Há que ressaltar, que os tra-

balhadores, em todas as oportunidades em que puderem se manifestar, o fizeram desaproovando a política social imposta pelos sucessivos ditadores. Tem havido, através desses anos, uma permanente resistência, mesmo que ela não se tenha manifestado de forma ostensiva. Nos últimos anos, por exemplo, com a falência confessada do «milagre econômico», constata-se um surgimento considerável de ações de protesto das bases, que variam desde reclamações por salários insuficientes, ou em atraso, até as paralisações de curto prazo e greves de categorias profissionais.

É evidente que o centro das atividades reivindicatórias atuais dos trabalhadores está nos Estados ou cidades onde se concentram os estabelecimentos fabris. As assembleias sindicais que eram raras começam a se multiplicar, e assumem caráter combativo. E mesmo quando elas são anuladas pelas medidas arbitrárias do Ministério do Trabalho, voltam a se instalar com um número, não raro, maior de participantes, como ocorreu por exemplo com a dos bancários no Rio.

O que ocorre, no momento em que este artigo está sendo escrito, com os trabalhadores da indústria automobilística concentrada em São Bernardo do Campo e Diadema é a demonstração da atividade crescente pela conquista de reivindicações e direitos através da ação organizada. Na assembleia sindical realizada pelos metalúrgicos no dia 2 de setembro, com mais de tres mil participantes, não só se condenou a política econômica da ditadura, mas ainda se aprovou um plano de atividades que abarca uma ampla consulta aos trabalhadores em seus próprios locais de trabalho, assim como a criação de grupos de apoio nas fábricas, abaixo-assinados, etc. Na condenação, os termos não poderiam ser mais claros e justos:

«O milagre brasileiro roubou de quem não tem», disse um dos delegados, enquanto a *Tribuna Metalúrgica* declarava sem vacilar: «Fomos tapeados em 31,4%».

Essa mobilização dos metalúrgicos, que terá uma grande repercussão no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores neste momento complexo que vivemos, obrigou o Ministro do Trabalho a entrar na defensiva, ao reconhecer a inveracidade dos dados apresentados em 1973 para a elaboração dos índices.

Assim, com a revitalização das lutas da classe operária, com a atividade impulsionada pela base, se encontram estabelecidas as condições para a atualização, com fatos, da plataforma levantada pelo IV Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria, que já em 1970 se constituiu numa expressão de condenação viva, por parte desses trabalhadores, da política econômica e social da ditadura militar, e que no momento atual, a luta de massas no Brasil se dispõe a combater, vencendo todos os obstáculos que tem pela frente.

11/9/77

Roberto Morena é membro do Comitê Central do PCB, no qual milita desde 1923. Operário da indústria de móveis, dedicou toda a sua vida à luta pelos interesses da classe operária. Fez a Guerra da Espanha e foi deputado na legislação de 50/54, quando marcou sua presença pelo combate férreo movido contra o Acordo Militar Brasil-EUA.

Participação das massas: garantia única de um regime de democracia plena num quadro de estabilidade

O panorama político brasileiro foi condicionado, durante o mês de setembro, pelo desenrolar e pelas consequências da Convenção do MDB. Da parte da ditadura, dos seus porta-vozes, daqueles setores das classes dominantes interessados em mudar a máscara do regime fascista atual sem tocar na sua essência arbitrária e discriminatória, veio a reação que não poderia surpreender ninguém: de «subversivo e contestatório» a «oportuno e provocador» se ouviu tudo sobre o Documento Final, onde se lança a Campanha pela Constituinte. Porque é claro que uma Constituinte realmente democrática, e consequentemente representativa, não pode interessar a quem tem vinculações, mesmo que momentaneamente disfarçadas em divergências de forma, com o regime atual.

É, portanto, do ponto-de-vista da grande maioria da Nação, da totalidade dos setores sociais que já se manifestaram contra o atual estado de coisas, que se deve considerar tanto a Convenção quanto o seu Documento Final.

Não se pode fazer isso, no entanto, sem algumas considerações iniciais sobre o MDB, seu caráter de classe, e o que dele se possa pretender. Sem isso, sem compreender as limitações daí resultantes, não se pode valorizar de forma justa a imensa importância do texto aprovado por aclamação, assim como as suas deficiências lógicas.

O MDB é, e para definir não há nada melhor do que as palavras de seu próprio presidente, numa confederação de oposições». Ou seja, compõe-se de um conjunto de forças heterogêneas, tanto por sua origem política quanto por sua representatividade social.

Ora, se assim consideramos, a primeira conclusão a tirar parece óbvia: o Documento comprova uma vez mais que a Nação não suporta mais o impasse político, social e econômico em que o «sistema» a mergulhou. A Nação não suporta mais o domínio do arbitrio e da violência sobre a razão, e exige que seja extinguida a legislação de exceção que aterroriza a vida dos brasileiros. A Nação encontra cada vez mais dificuldade em conviver com uma política econômica que nos faz cada vez mais dependentes de decisões que vêm de fora de nossas fronteiras, e que obriga a grande maioria a pagar as faturas e a financiar, com o seu trabalho super-explorado, os lucros dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros. A Nação exige o estabelecimento de um clima de liberdades plenas, em que o debate entre todas as correntes de pensamento seja o instrumento da elaboração dos planos de desenvolvimento no benefício dos brasileiros em seu conjunto.

Todas estas reivindicações estão, de uma forma ou de outra, mais ou menos explicitamente, consideradas nas proposições do Documento. Exigir mais, no contexto atual, tendo em conta que as alavancas do poder são controladas por um regime que não vacila em recorrer ao crime para impor os seus desígnios, não seria realista.

Mas não seria político dizer a mesma coisa com termos mais brandos? Ou até mesmo dizer menos, justamente tendo em conta o desvario que caracteriza as atitudes repressivas do núcleo do fascismo?

Tais perguntas poderiam surgir das vozes mais honestas do conjunto de forças democráticas. Afinal é já tão longo este período de opressão a que vive submetido o povo brasileiro, há já tantos traumas causados pelos golpes que representaram os sucessivos atos institucionais, as cassações de deputados sem um mínimo de respeito pelos milhões de votos que eles possam representar, que termina por ser compreensível o medo do «ainda pior».

Mas aí está o problema. O «pior» não vai ser superado se não for enfrentado. Não com aventuras ou inconseqüências, mas com passos organizados, e medidos, de uma força opositora cujo arsenal é muito específico: a mobilização das massas, a solidariedade e a coordenação de ações entre os diversos setores que compõem o espectro das forças democráticas e, o que é mais importante, a quadra do isolamento em que a classe operária foi posta por um aparelho repressivo que a vê como o inimigo fundamental da ditadura.

É possível que as formulações do Documento despertem os sentimentos incontrolláveis de algumas das bestas-feras que controlam as armas e as salas de tortura do regime. Mas eles serão tanto mais impedidos de recorrer a tais iniciativas quantos mais sejam os setores e indivíduos da sociedade que se levantem contra seus métodos. É a massa mobilizada, em ação, que pode neutralizar a repressão.

E aí está o que poderia ser a deficiência lógica do Documento: a omissão da referência direta à massa trabalhadora, à classe operária, que em todos os grandes centros do País já se manifestou — através do voto — contra o regime atual; o apelo para que as massas se imponham no processo político em sua fase atual, porque são elas as que mais têm a ganhar com o fim da ditadura.

Nessa linha de raciocínio, e tendo em vista o contexto de «sucessão presidencial», «institucionalização», «diálogos» e outras condicionantes menores, há um outro fato importante a considerar no lançamento de

Campanha pela Constituinte, e que não pode deixar de estar sendo levado em conta pelas cabeças que controlam as mãos das bestas-feras da ditadura. É que ela foi aprovada por aclamação em um congresso que, se é realizado por um movimento político de caráter heterogêneo, não o pode deixar de ser também um fato revelador de que a reformulação do quadro político, através de uma Constituinte, já se inscreve hoje como prioridade maior entre as aspirações do povo brasileiro. Ou, ao menos, como a aspiração mais unitária.

Seria ingenuidade, ou má-fé, debitar à manobra de uns poucos uma decisão aceita por unanimidade.

Seguramente, o regime vai buscar uma saída que lhe interesse, mas já com a certeza de que medidas semelhantes às tomadas com o recesso do Congresso, em abril, para a edição do chamado «pacote de reformas», não tem fôlego largo. É provável, então, que ao lado de medidas arbitrárias que estarão sempre na ordem-do-dia, se aprofundem ainda mais as manobras divisionistas, tais como o reestabelecimento de um pluripartidarismo controlado que permita diluir os resultados negativos, que certamente seriam impostos à ditadura nas eleições de 1978 independentemente de todas as modificações impostas pelo citado «pacote». Quanto ao AI 5, instrumento que marca a sua própria essência, ele passaria para a alçada de um Conselho de Estado que ninguém ainda consegue definir como seria composto.

Mas, independentemente do que queiram os homens do poder, nenhuma fórmula institucional pode oferecer um mínimo de garantia de estabilidade e equilíbrio no Brasil dos próximos anos, se, em sua elaboração, não contar com a participação ativa das organizações e das camadas populares, das massas trabalhadoras. Não é possível pretender resolver problemas de uma importância tão grande, problemas que afetam a vida de milhões de brasileiros, problemas que se agravam sensivelmente devido aos descalabros da política governamental, por meio de arranjos que excluam a imensa maioria da Nação.

Por isso não é demais repetir: a classe operária e o movimento sindical não podem estar ausentes desse quadro. É preciso estabelecer com clareza quais os pontos que mais interessam ao povo brasileiro — além da Constituinte — e fazê-los figurar numa pauta de reivindicações, o que impulsionará a unidade das massas. Só a luta organizada poderá transformar o desejo em realidade, e garantir uma solução democrática para a crise brasileira.

M. Silva

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERARIA

DOCUMENTO

Camaradas,

nosso povo está submetido a um regime político crescentemente arbitrário, antinacional e antipopular. Mas contra esse regime levantam-se amplos setores da população. Isto é o que efetivamente caracteriza a situação do País no momento que atravessamos.

A amplitude e o vigor com que se desenvolvem as lutas reivindicatórias e de resistência, a firmeza crescente das manifestações dos mais variados setores em prol da conquista das liberdades democráticas dão a medida das dificuldades com que se defronta o regime. As possibilidades de luta ampliam-se, ainda que o inimigo fascista continue dispondo de poderosos instrumentos de opressão.

Na situação que atravessamos, o papel do Partido Comunista cresce de importância. Sua ação e sua orientação são fundamentais para um encaminhamento correto e positivo das lutas populares e democráticas. Mas, ao mesmo tempo em que fica cada vez mais claro que nossas idéias, nossa orientação e nossas propostas refletem os interesses e as aspirações da imensa maioria dos brasileiros e encontram eco nos mais variados setores da sociedade, nossa difícil situação orgânica é um sério obstáculo ao exercício do papel que nos cabe.

Tendo em vista esta situação, penso ser necessário e oportuno abordar alguns de nossos problemas orgânicos, dirigindo-me às organizações existentes e a todos os membros do Partido.

A reação, particularmente de três anos para cá, desferiu-nos golpes extremamente violentos. Dezenas de militantes foram assassinados na tortura. Companheiros do valor de David Capistrano, Luis Maranhão, Valter Ribeiro, João Massena, Elson Costa, Jaime Miranda, Hiran Pereira, Orlando Bonfim, Itair Veloso, todos membros do Comitê Central, foram sequestrados e estão desaparecidos. Vários outros foram presos e submetidos a bárbaras torturas.

O objetivo do inimigo fascista é liquidar nosso Partido, e particularmente sua direção. Mais uma vez, porém, os fatos mostraram que isto não é possível. O Partido Comunista Brasileiro não é uma criação artificial nem exterior à sociedade brasileira — ele emana da existência mesma e da consciência política de nossa classe operária. Ao longo de nossa história, pudemos confirmar concretamente este caráter necessário da existência do Partido. Foram os primeiros a apontar claramente a verdadeira natureza dos grandes males nacionais. Estivemos sempre na primeira linha das lutas democráticas, pela independência completa de nossa Pátria e pelo progresso social. Denunciamos sem hesitação o caráter do golpe militar de 1964. As propostas visando ao fim de ditadura, fomos nós os primeiros a formulá-las, e sustentamo-las com firme-

CARTA DE PRESTES A

za. Todos os aspectos positivos de nossa atividade, ao longo do tempo, tiveram como base a ação das massas. As vitórias populares, como a das eleições de 1974 — o maior golpe vibrado contra a ditadura militar até hoje — foram e são vitórias que nos fortalecem e das quais nos nutrimos para levar adiante nosso combate.

Assim, os golpes que sofremos prejudicam, na medida de sua própria gravidade, a luta da classe operária e de todos os patriotas e democratas, de nosso povo em geral. Isto torna mais premente a necessidade de superarmos nossas deficiências e corrigirmos nossos erros. Não podemos permitir que a ditadura siga utilizando certas debilidades nossas para conseguir novos êxitos em sua ação repressiva. Temos de fazer com que, à autoridade política que adquirimos, corresponda um funcionamento eficaz de nossa organização. O essencial neste momento é saber vencer a contradição entre as possibilidades criadas pelo atual desenvolvimento da sociedade e a nossa capacidade de utilizá-las para a realização de nossos objetivos, de aproveitá-las para o mais acelerado e consequente desenvolvimento da luta de nosso povo pelo progresso social. Temos de explorar ao máximo o fato de que é impossível à ditadura impedir que nossa palavra se difunda pelo território nacional, que a nossa voz seja ouvida.

É compreensível que seja difícil realizar a análise crítica e autocrítica do que aconteceu com nosso Partido neste período mais recente da luta sob o fascismo e tirar as conclusões necessárias. Esta é, porém, a tarefa que incumbe ao coletivo partidário, mas especialmente à direção central. Estamos no limiar de um processo autocrítico que encontra, porém, sérios obstáculos, dadas as condições em que se desenvolve hoje a nossa atividade, assim como a magnitude dos problemas a examinar. E que consumirá, por isso mesmo, algum tempo.

Posso assegurar ao conjunto do Partido que o Comitê Central, consciente de seu papel, assume coletivamente a direção desta tarefa, levando em conta que foi o maior responsável pelo que fizemos e deixamos de fazer. A minha contribuição, agora, se expressa na colocação de algumas questões sobre as quais temos meditado e às quais já me é possível oferecer respostas.

Ao examinarmos as causas da derrota sofrida, torna-se necessário apontar os erros cometidos pelo Partido, de modo a

permitir que enfrentemos com êxito, agora e no futuro, as ofensivas que o fascismo não cessará de desencadear contra o povo, contra o movimento operário e sua vanguarda organizada. Não basta lançar a culpa na violência própria do poder fascista: o golpe desfechado contra o Partido não foi resultado, apenas, da ação organizada do inimigo. Ao mesmo tempo em que se aprimoraram as técnicas repressivas empregadas pelo regime, ao mesmo tempo em que se desenvolveu um monstruoso aparelho de repressão, persistiram em nossas fileiras concepções e métodos de trabalho que facilitaram de muito a ação terrorista-repressiva da ditadura.

Não avaliamos com acerto o fato de que a crescente exploração dos trabalhadores pelos monopólios implicava, necessariamente, num esforço concentrado do regime para isolar e destruir nosso Partido, e que, para o cumprimento dessa tarefa, a ditadura preparava-se cuidadosamente. Não foram tomadas, no terreno orgânico, medidas que pudessem evitar os danos causados pelo golpe que, cedo ou tarde, fatalmente viria. Continuamos a utilizar práticas liberais de trabalho, o que levou a um afrouxamento geral da vigilância revolucionária que deveria caracterizar nosso comportamento orgânico. Como consequência, observou-se uma violação constante das normas de atividade clandestina, uma certa inconseqüência na passagem do trabalho legal para o ilegal. Disto resultou um despreparo geral da organização para resistir à violenta vaga de terror policial que se abateu sobre o Partido.

Além disso, tornou-se claro que o grau de nossas ligações com as massas populares, particularmente com a classe operária, era insuficiente. Apesar de termos repetido inúmeras vezes, em nossas resoluções e documentos oficiais, que a classe operária deveria constituir o centro de nosso trabalho, que a organização do Partido teria que estar primordialmente voltada para a tarefa da construção do Partido na classe operária, o duro processo a que fomos submetidos mostrou que continuamos a subestimar o papel que o proletariado deverá desempenhar na derubada do fascismo e na edificação de um governo que, garantindo as mais amplas liberdades democráticas, permita o avanço de nosso povo no caminho da completa independência nacional e do continuado progresso social.

Ao trabalho sistemático nos sindicatos, nas empresas, com vista a elevar o nível de consciência e de combatividade da classe operária e das massas populares

O PARTIDO

em geral, preferimos muitas vezes os entendimentos de cúpula, os acordos «pelo alto», que, sendo necessários, têm de estar forçosamente apoiados num amplo e poderoso movimento popular, garantia básica de um encaminhamento vitorioso da luta contra o fascismo.

Nestas condições, e partindo do princípio de que o trabalho de organização e reconstrução do Partido e o trabalho de massas são dois elementos indissolivelmente ligados, é necessário destacar a importância que tem, nas condições atuais, a atividade dos comunistas tanto nos locais de trabalho como nas mais diversas organizações de massas. Por isso, o esforço de cada organização do Partido e de cada comunista deve ser orientado no sentido de buscar as formas de impulsionar as lutas populares em cada local e a cada momento, de transformar as lutas espontâneas em movimento organizado, de canalizar os diversos movimentos para a oposição ao regime fascista, fazendo com que a frente antifascista e patriótica tenha um real conteúdo de massas.

Do ponto de vista da atividade de cada membro do Partido, o essencial é conhecer a linha política, a fim de estar em condições de aplicá-la com acerto e o mais elevado grau de iniciativa. A orientação da direção, transmitida principalmente através da VOZ OPERARIA, irá atingindo um número crescente de comunistas, contribuindo assim para a maior unidade de orientação e de ação do coletivo partidário, nesta emergência em que os contatos — sempre necessários — da direção partidária com os membros do Partido e suas organizações são ainda difíceis.

Diante da fúria da reação, de seu anti-comunismo raivoso, é dever de cada comunista não ficar na expectativa, à espera da orientação da direção partidária. O essencial é tratar de inserir-se no movimento de massas, fazendo esforços no sentido de contribuir para sua mais acertada organização e direção, segundo a linha política e tática de nosso Partido. Já exposta em diversos documentos. Sem deixar de utilizar todas as oportunidades para dar forma orgânica à vida clandestina do Partido, é indispensável ter sempre presente que o fundamental, nas condições atuais, está em saber participar das lutas nos locais de trabalho e nas organizações de massas, procurando sempre transformar as lutas de caráter espontâneo em movimentos organizados, visando sempre a impulsionar o processo de formação da frente antifascista e patriótica.

Convém insistir em que o êxito de nossa atividade partidária depende fundamentalmente do mais estrito respeito às normas da clandestinidade. É necessário evitar reuniões demoradas e numerosas, assim como saber, na medida do possível, encontrar formas legais de realizá-las. O que significa buscar e utilizar novas formas de organização, adequadas à situação concreta que efetivamente se enfrenta. É necessário também evitar contatos desnecessários, particularmente com pessoas visadas pelos órgãos de repressão.

A este respeito é indispensável acentuar que os companheiros mais visados pela repressão, em particular aqueles que vão sendo postos em liberdade, devem dedicar-se fundamentalmente ao trabalho nas organizações de massas, a fim de preservar a organização partidária. É desta forma que melhor e mais eficientemente poderão contribuir para o desenvolvimento da resistência e das lutas de nosso povo contra a tirania fascista.

Apesar de ser o alvo principal da reação fascista, o Comitê Central de nosso Partido continua funcionando organizadamente e com a minha participação direta em seus trabalhos. São grandes ainda as dificuldades que enfrentamos para manter o contato necessário com as organizações partidárias. Cresce de importância, assim, a iniciativa de cada comunista no sentido de aplicar a orientação traçada pelo Comitê Central, participando ativamente das lutas da classe operária e de nosso povo contra a ditadura fascista, e de procurar contribuir para a organização do Partido, apoiando-se — insisto — numa estreita ligação com as massas.

Quero pedir-lhes, camaradas, que levem em conta a capacidade de que dispõe o inimigo de usar armas variadas. Hoje, qualquer dubiedade, qualquer hesitação relativa às questões mais gerais de nossa vida orgânica é passível de ser explorada pelo inimigo de classe para enfraquecer-nos e golpear-nos. A unidade de orientação e de ação é o traço distintivo do partido de vanguarda da classe operária.

Atuando entre os trabalhadores, fazendo esforços para ganhá-los para a orientação do Partido é que estaremos fazendo com que o processo avance e nosso Partido ressurgirá como a organização de vanguarda da classe operária, dirigente da luta pela democracia, pelo progresso social, pela solução dos problemas de nosso povo.

Agosto de 1977



NOTAS

CHILE

No dia 11 de setembro de 1973, a direita reacionária chilena — com o apoio do imperialismo americano, e de seu gendarme no continente, a ditadura fascista brasileira — concretizou o seu golpe militar contra o governo da Unidade Popular. O Presidente Salvador Allende foi assassinado ao fim de uma resistência heróica no Palácio La Moneda. Quatro anos depois, embora tenha perdido milhares de seus melhores filhos, o povo chileno resiste, luta e avança na recuperação daquilo que lhe foi arrancado a sangue pelos fascistas. O PCB, consciente da importância exercida sobre todos os povos do Continente pela experiência de construção de um caminho para o socialismo, através do alargamento permanente das conquistas democráticas, obtidas pelas lutas populares — e que se materializou na ação da Unidade Popular —, chama todos os patriotas e democratas brasileiros a manifestarem por todas as formas o seu protesto pela ajuda material e política que o regime opressor de nosso povo ainda presta à Junta militar chilena.

SENEGAL

Por ocasião do 20º aniversário do Partido Africano da Independência, que transcorreu na primeira quinzena de setembro, o PCB enviou uma mensagem ao seu Comitê Central, onde manifesta sua total solidariedade aos camaradas senegaleses que lutam pela legalidade de seu partido, até hoje perseguido pelo «social-democrata» Leopold Senghor. Ao mesmo tempo, externa sua certeza de que o PAI será bem sucedido nos seus esforços para a criação de frente de forças patrióticas, capaz de impor a mudança do regime neocolonialista atualmente no poder e de concretizar a independência nacional e a promoção de uma verdadeira política democrática e popular.

EL SALVADOR

O caráter da repressão desencadeada hoje em El Salvador, depois que se comprovou internacionalmente a fraude eleitoral que permitiu a vitória do General Carlos Humberto Romero contra o candidato da União Nacional Opositora, mostra bem a que limites chega a reação das forças oligárquicas de nosso continente, quando se vêem ameaçadas em seus privilégios absurdos. Sequestro, tortura e assassinato de membros da oposição passaram a fazer parte da rotina política nesse País. Os democratas brasileiros, que vivem também um momento difícil, não podem se furtar de manifestar sua solidariedade ao povo irmão de El Salvador. Faz parte da luta contra a ação do imperialismo.

MILITARES

UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA:

AS FORÇAS ARMADAS NA LUTA PELA DEMOCRACIA

O papel e a função das Forças Armadas na vida nacional é uma questão cada vez mais discutida nos últimos tempos. E não por acaso. A razão disso é o fato de as Forças Armadas, e mais particularmente o Exército, terem, desde 1964, o monopólio do poder político. Ou dizendo com mais propriedade: o fato de o imperialismo e a grande burguesia brasileira terem instalado, através dos chefes militares de direita, uma ditadura militar-fascista em nosso País.

No momento em que cresce a resistência ao regime e em que são visíveis, a olho nu, os sintomas de seu declínio histórico, é importante que as correntes democráticas, e entre elas o Partido Comunista, participem ativamente de um tal debate. Trata-se de definir, no decorrer do mesmo, a política militar a ser seguida pela oposição antifascista, não só para que ela consiga a derrota da ditadura, como também, o que é mais importante, para que tenha êxito na reestruturação democrática da sociedade brasileira, depois de tantos anos de existência de um poder arbitrário e violento. Deve-se, portanto, responder a duas questões básicas. Como mobilizar as Forças Armadas — hoje controladas por chefes reacionários e orientadas por uma doutrina fascista — para resistirem à ditadura e liquidá-la? Como dar às instituições militares, no quadro de uma reorganização democrática da vida brasileira, um caráter realmente nacional, popular e progressista?

A verdade é que o debate em curso pouco avançou nesse terreno. Se a crítica à violência para o conjunto das correntes que se opõem à ditadura, logicamente o é também para os comunistas brasileiros. Não vacilamos em reconhecer, enquanto Partido, nosso atraso no estudo do passado e do presente das Forças Armadas da Nação. E mais, estamos convencidos que são insuficientes, pouco elaboradas, as idéias com que trabalhamos para atrair as Forças Armadas para o campo da oposição antifascista. E não é difícil entender a importância disso para a conquista de um regime de liberdades democráticas.

Se reconhecemos a necessidade decisiva de integrar as Forças Armadas no conjunto da oposição à ditadura temos, conseqüentemente, de elaborar e executar uma política capaz de polarizar as correntes e personalidades militares que, por várias razões, objetivas e subjetivas, começam a dissentir do regime fascista.

Mas como é natural, no campo da oposição são diversas, e muitas vezes conflitantes, as opiniões sobre a política militar a ser seguida pelas correntes antiditatoriais:

Há, por exemplo, os que identificam a

ditadura com o conjunto das Forças Armadas, e, a partir daí, chegam mesmo a defender a idéia de sua substituição por outras, novas, organizadas sem qualquer vinculação com as atuais; outros, em posição radicalmente oposta, caracterizando as instituições militares como *um todo homogêneo*, sem vinculações com os interesses que dividem as sociedades de classe antagonicas, argumentam que só os militares são capazes de encontrar uma saída para a situação atual do País e, isoladamente, conduzi-lo pelo caminho do progresso e da emancipação nacional.

Ora, os partidários da primeira concepção, ao decretarem erradamente e sem apelação as Forças Armadas atuais, como um todo, reacionárias e traidoras, condenam-se à passividade e não têm, por isso, qualquer preocupação tática que vise a atrair, para o campo antiditatorial, a maioria dos militares que tende a chocar-se com a política do fascismo, não só em virtude de sua condição de cidadãos, mas também por motivos estritamente ligados à sua missão de soldados a serviço da Nação e do povo. Os defensores da segunda concepção, partidários ainda que velados de um nacionalismo militar autoritário, incorrem no erro, comprovado pela história recente, de não atribuir qualquer papel às massas no processo do desenvolvimento e emancipação nacional, e por isso desprezam, arrogante e solenemente, a luta pelas liberdades democráticas, que constitui a própria essência da resistência popular ao regime fascista e que, neste momento, começa a abarcar as mais amplas forças sociais.

É muito difícil, e mesmo impossível, qualquer acordo com essas correntes extremas. Existem outras, porém, que postulam de maneira mais equilibrada a relação entre os componentes civil e militar da oposição antiditatorial, favorecendo ou minimizando o papel das Forças Armadas nesta oposição, sem cair entretanto no exagero voluntarista das duas posições referidas. Com essas correntes os acordos são possíveis e necessários.

Participando ainda modestamente nesse confronto de idéias, acerca de uma questão essencial, repetimos, para o êxito do combate à ditadura, expusemos, nos últimos documentos do Partido, alguns pontos que nos parecem fundamentais para a elaboração de uma política militar global da oposição antifascista mais conseqüente. Eles emanam, de um lado, da refutação radical à chamada «doutrina de segurança nacional»; e, de outro, da realidade atual das Forças Armadas brasileiras, desviadas, depois de 1964, das funções a elas atribuídas por nos-

sas tradições políticas e jurídicas. Emanam, finalmente, da necessidade de ganhar as Forças Armadas para a luta contra o regime arbitrário e feroz que os fascistas impuseram à Nação e de sua importância futura, uma vez libertadas da geopolítica e doutrinas congêneres forçadas pela Escola Superior de Guerra, na organização de um Estado de direito, constitucional e soberanamente estruturado — uma das premissas indispensáveis para o florescimento em nosso País de uma sólida democracia econômica, política e social.

Como corolário de tais idéias, defendemos algumas posições que além de justas são taticamente corretas.

Estão nesse caso, por exemplo, as opiniões avançadas pelo Partido contra qualquer tipo de revanchismo e contra as posições que não distinguem a ditadura da totalidade das Forças Armadas, nem a maioria de seus componentes, patriotas ou democratas, da minoria de reacionários e fascistas que, por meio de um sistema repressivo bem montado, controlam atualmente as instituições militares e os órgãos do poder civil.

Da maneira como estas questões sejam abordadas e tratadas, das propostas que em conseqüência disso surjam, dependa, nas Forças Armadas, a polarização entre democratas e reacionários, entre patriotas e vendidos da Pátria, entre nacionalistas e entreguistas, entre honestos e corruptos. E esta é uma bipolarização imprescindível se queremos dar forma, e pôr em ação, o componente militar da oposição antiditatorial.

Assim, a política militar esboçada por nosso Partido para a oposição antifascista — é preciso frisar — nada tem em comum com certos tipos de antimilitarismo abstrato e doutrinário que, num dado período de nossa história, impregnou o ideário dos comunistas brasileiros. Ao contrário, ela se fundamenta hoje na necessidade de existência de Forças Armadas interessadas no desenvolvimento democrático e independente do País e orientadas, por isso mesmo, por uma doutrina militar que compatibilize a defesa da soberania nacional com o bem-estar e os sentimentos patrióticos das massas populares.

Estas notas, sem outra pretensão senão a de apontar alguns dos elementos de uma política militar antifascista, destinam-se a estimular uma análise e uma proposta democráticas que terão que ser muito mais amplas e abrangentes. Mas, de qualquer forma, as teses esboçadas pelo Partido são pontos de partida que julgamos essenciais. O debate sério e responsável da questão militar, feito em relação com a situação política brasileira atual em que se insere, é imprescindível para estabelecer o nexo real entre a luta antiditatorial e o papel e as condições de participação das Forças Armadas neste combate. Contribuirá, por sua vez, para desfazer as tentativas, sem dúvida antidemocráticas, de separar as Forças Armadas do resto da realidade social e civil, e de colocá-las na situação de uma corporação desligada da Nação, a ela estranha e oposta.

A. Guedes

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERÁRIA

PCB - PCF: um encontro de solidariedade

«Enquanto a classe operária brasileira das grandes centras prossegue sua corajosa luta, os estudantes de São Paulo e de outras universidades se manifestam contra a ditadura; jornalistas, industriais e mesmo comerciantes, cada um a sua maneira; e a quase unanimidade da Conferência dos Bispos também... É a primeira voz depois de 1964 que se pode observar uma tal concordância desses movimentos».

É assim que *L'Humanité*, órgão do Partido Comunista Francês começa o artigo sobre o encontro entre uma delegação do PCB com o PCF. Um encontro que, essencialmente, se reportou ao reforço da solidariedade recíproca entre os dois partidos.

Mas foi abordada também a questão da exportação de capitais dos monopólios franceses para o Brasil com o fim — e são os franceses em geral, e não só os comunistas que constatarem — de explorar uma mão-de-obra terrivelmente subvalorizada. *«Essas grandes sociedades francesas — diz o artigo de L'Humanité — se beneficiam (no Brasil) de condições políticas favoráveis a uma superexploração da classe operária brasileira, ao mesmo tempo em que oferecem oxigênio para a economia de um poder ditatorial. Os mesmos, na França, organizam o desemprego e a desindustrialização. Assim, coincidem os interesses dos trabalhadores dos dois países».*

Tal afirmação não é muito favorável aos planos de regime fascista brasileiro no caso da vitória do Programa Comum nas próximas eleições legislativas...

No quadro das atividades imediatas, as conversações tornaram explícitas as posições do Partido Comunista Francês sublinhando que a solidariedade dos franceses é agora mais do que nunca necessária, precisamente em função das novas condições que começam a se desenhar no horizonte político brasileiro.

Tal solidariedade — é ainda o *L'Humanité* quem ressalta — *«vai encorajar a difícil e bastante dura luta do povo brasileiro contra essa ditadura que exerce um poder absoluto depois de mais de treze anos e que, apoiando-se no imperialismo, é a mais expansionista da América Latina».*

ENTREVISTA DE PRESTES

No dia seguinte, a maior parte da página internacional do órgão do Partido irmão foi ocupada por uma entrevista de Prestes centrada nos principais pontos da conversação anterior entre as delegações dos dois partidos.

Nessa ocasião, o Secretário Geral do PCB pode discorrer sobre a importância da manifestação crescente dos estudantes; sobre o conjunto de setores da nossa sociedade que já se manifestam de maneira explícita contra o caráter do atual regime e a necessidade do estabelecimento de um regime de democracia plena. Foram tocados ainda

os aspectos da nova atitude da Igreja diante das desigualdades sociais em nosso País, onde Prestes ressalta a posição da quase unanimidade da hierarquia. E, depois de se referir às corajosas posições tomadas ultimamente pelos cientistas no Congresso da SBPC, Prestes mostra como toda essa ascensão do movimento de oposição se encontra fundamentalmente ligada ao resultado das eleições de 1974, onde a votação maciça da classe operária dos principais centros industriais do País no partido de oposição se transformou no mais importante golpe recebido pelo regime instalado pelo golpe de 1964.

Programa Comum: democracia abrindo o caminho para o socialismo

Em março de 1978, vão se realizar as eleições legislativas na França. Delineia-se, portanto, um quadro que pode modificar a correlação de forças no cenário político mundial. Para tanto, basta que a União das Esquerdas confirme a ascensão registrada nas últimas eleições municipais e, mais importante, que logre concretizar o Programa Comum de governo.

Se é verdade que na história contemporânea poucos povos podem apresentar um passado de lutas revolucionárias tão rico e intenso quanto o povo da França, também não é menos verdade que poucas burguesias tenham tanta experiência — até mesmo como consequência do que foi dito antes — na condução da luta de classes de acordo com os seus interesses.

Se olharmos a França de hoje, um quadro definido por uma batalha que coloca de um lado a classe operária e o conjunto de seus aliados naturais, e, do outro, a classe dominante na sua totalidade de variantes — desde os «reformistas» até a extrema direita mais saudosa dos tempos de Pétain — vamos ter as premissas básicas para tentar compreender a luta atual do Partido Comunista Francês no seio da União das Esquerdas, e da adaptação do Programa Comum à realidade de nossos dias.

Georges Marchais, no discurso pronunciado durante a festa do jornal *L'Humanité*, diante de umas duzentas mil pessoas atentas, colocava uma pergunta muito importante para sintetizar as divergências com o Partido Socialista e com o Movimento de Radicais de Esquerda: «Mudar para quê?». Sim, porque diante das hesitações dos seus aliados no Programa Comum, ambos reconhecendo publicamente a necessidade da sua atualização, mas ao mesmo tempo fazendo tudo para amarrar a gritaria histórica da direita com concessões que firmam os interesses dos trabalhadores, há razões suficientes para que o PC aplique, na prática, o conceito de que a «união é um combate». E por quê?

Já em 1974, o próprio Giscard d'Estaing, eleito por uma maioria de menos de 51% dos votos, e como que constatando a sua impossibilidade de alcançar à direita, pois a outra metade do País havia destinado seus

votos ao candidato do Programa Comum, deixava claro o que passaria a ser a estratégia das classes dominantes francesas: «O dia em que o Partido Comunista representar de 10 a 15% do eleitorado, ao invés dos 20% atuais, o panorama da vida francesa vai se modificar. E nesse momento, nós reexaminaremos a possibilidade da alternância, porque então teremos um Partido Socialista, ou um Partido Social-Democrata, que recolherá uma parte desse eleitorado comunista».

No discurso citado, Marchais tomava em conta tal raciocínio, e dizia claramente: «A burguesia joga com pau de dois bicos». Por um lado é claro, tentando vencer as próximas eleições dentro dos limites da sua composição político-partidária atual. Mas, por outro, sem descartar a possibilidade da única alternativa que lhe restaria no caso da vitória da União das Esquerdas: dividir este bloco, trazendo para o lado dos partidos da direita os setores vacilantes da esquerda; os setores influenciados — de forma ideológica e material — pelo que há de mais reacionário na Internacional Socialista, ou melhor dizendo, a social-democracia alemã.

Aí está a questão fundamental, e que Marchais denunciava sob aplausos quando dizia que a classe operária francesa, e os trabalhadores em geral, não poderiam aceitar as soluções do tipo Callaghan, Schmidt ou Soares.

O povo francês — e hoje já são mesmo as sondagens mais desinteressadas em tal tipo de resultado que comprovam — já é majoritariamente favorável às mudanças propostas pelo Programa Comum; já é favorável a um governo de esquerda. E se não fora pelas sondagens, haveria que se tomar em conta os resultados das últimas eleições municipais que não só confirmavam este dado, como mostravam ainda — para desespero não difarçado da direita — um avanço significativo dos comunistas, assim como a afirmação de sua incontestável hegemonia na classe operária.

Nesse quadro, se é evidente que socialistas e radicais sabem que não podem se passar, sem grandes perdas, de sua aliança com os comunistas; sabem que uma política de colaboração de classes pode resultar em seu esvaziamento definitivo; sabem que o povo francês joga suas esperanças em um governo de esquerda, o único capaz de alargar de forma qualitativa as conquistas que o seu passado de lutas arrancou das classes dominantes; também não é menos evidente que somente a firmeza e a posição de princípios de um Partido Comunista forte, expressivo, podem garantir a irreversibilidade do processo.

Pode-se estar vivendo um momento decisivo não só do ponto-de-vista francês, mas de todo o sistema capitalista. E é fundamentalmente a consciência de tal realidade que explica a firmeza e a combatividade do PCF. Ontem, com a luta pela assinatura do primeiro Programa Comum. Mais recentemente, com a verdadeira imposição ao PS de sua atualização, o que terminou por um acréscimo de quase cem páginas nas discussões preliminares. Agora, para conseguir uma definição que permita fazer do futuro governo da União das Esquerdas o instrumento capaz de abrir a via para o socialismo na França tendo em conta a realidade nacional, e toda a tradição de lutas de seu povo.

Trabalho noturno, quando a demagogia é usada para esconder um abuso

«O Brasil pediu que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) coloque em discussão a revisão da Convenção 89, que regulamenta o trabalho noturno nas indústrias, por considerar que as limitações constantes nessa convenção representam um fator de discriminação da mulher».

Essa informação foi prestada ao jornal *O Globo*, em fins do ano passado, pelo representante do Brasil no Conselho de Administração da OIT, Ministro Arnaldo Sussekind.

A informação do Ministro foi o sinal verde dado aos meios de comunicação de massas para desencadear uma campanha «pelo direito ao trabalho noturno para a mulher», em nome de um pretensão combate às discriminações que esta sofre nos diferentes campos da vida social do País.

A agitação que vem sendo desenvolvida nesse sentido causa certa expectativa entre a imensa massa de mulheres — mais de 20 milhões — que estão reduzidas à simples condição de domésticas, não por opção, mas simplesmente por falta de trabalho.

Nós, comunistas, que lutamos pela igualdade de direitos da mulher no trabalho, na família, no seio da coletividade, não poderíamos ficar indiferentes a esta importante questão.

Naturalmente, vendo o fenômeno em sua aparência, algumas pessoas julgaram que sairíamos batendo palmas diante daquela iniciativa do governo Geisel, sem uma maior reflexão.

Julgamos, no entanto, que antes de apoiar ou rejeitar a ideia de se pôr fim à Convenção 89 da OIT, da qual o Brasil é um dos signatários, deveríamos tentar responder a tres importantes questões que nos levam até a essência do fenômeno.

Primeiro: *Por que o governo Geisel, agora, se arvora em defensor da igualdade dos direitos da mulher, acionando-lhe com o trabalho noturno, enquanto outras discriminações mais gritantes ainda permanecem contra a mulher no trabalho, na família e na coletividade?*

Evidentemente, o governo Geisel, como os demais que se instalaram no País depois do golpe de 1964, não é um governo qualquer. Ele representa um Estado que já se encontra fundido com os monopólios, formando um mecanismo de dominação, o CME. Logo, trata-se de uma diadema a serviço dos referidos monopólios e das forças mais reacionárias. Esta condição lhe permite interferir na economia no sentido de acionar diferentes alavancas, capazes de arrancar das massas assalariadas o máximo de lucros para os grandes capitais nacionais e estrangeiros. Dentro desse esquema foram limitadas, em grande parte, as conquistas alcançadas pelos trabalhadores em sua luta por melhores condições de vida. E é também dentro dele que se projeta, hoje, a ideia do trabalho noturno para as mulheres.

Sabemos que, de modo geral, cresce a população brasileira em condições de exercer uma profissão. Conseqüentemente, cresce o número de mulheres e homens que

ingressam anualmente no mercado de trabalho. Mas, graças ao tipo de crescimento econômico que se processa no País — dependente do capital imperialista e conservando o monopólio da terra — esse ingresso se dá em meio a imensas distorções na economia, entre as quais podemos destacar o fato da não-criação de um número de empregos necessários para absorver a mão-de-obra disponível. Esse mesmo tipo de crescimento conduz à ampliação nos centros urbanos de uma camada de população desempregada ou semi-empregada — em boa parte vinda do campo — que vive em condições de miséria, e que aceita, por isso mesmo, qualquer tipo de trabalho por qualquer salário. Daí a tentação de expandir as possibilidades de emprego sem expandir, ao mesmo tempo, a capacidade instalada graças ao trabalho noturno, sobretudo no que tange a certos tipos de indústrias como, por exemplo, a têxtil. A industrialização do País também pressiona no mesmo sentido, diante do volume cada vez maior de investimentos necessários e da crescente complexidade técnica. Ora, se temos em conta o alívio das exigências físicas das tarefas, certos progressos na formação profissional da mulher, a reivindicação crescente da igualdade de oportunidades de emprego entre ambos os sexos, veremos que a tendência será de que venha ao mercado de trabalho um volume considerável de mão-de-obra feminina, ocupada atualmente em afazeres domésticos e trabalhos agrícolas. Se temos em conta o caráter de «complemento» do salário feminino, o governo Geisel não vacilará, é claro, em utilizar a mulher no trabalho noturno e no trabalho contínuo. Com isto, o empresário mata dois coelhos de uma só cajadada na sua busca do lucro máximo. De um lado, paga à mulher por esse tipo de trabalho um salário menor e, de outro, a utilizará como força de pressão na degradação do salário masculino.

Segunda questão importante: *Quais as conseqüências práticas do trabalho noturno na vida dos trabalhadores em geral e da mulher em particular?*

Elas são múltiplas. Incidem sobre a saúde, a vida profissional, privada e social das pessoas. Para não entrar em detalhes, vamos nos preocupar somente com o primeiro aspecto.

Ninguém ignora que o organismo humano está sujeito a uma atividade rítmica em certas fases acentuadas ou reduzidas se afirmam ciclos bem estabelecidos. Segundo todas as experiências científicas levadas a cabo, constatou-se que há uma fase diurna de ativação e uma noturna de desativação. Esse ritmo é hereditário e faz parte do patrimônio genético da espécie. O fato de que o homem trabalhe à noite, quando deveria descansar, e repouse de dia, quando deveria trabalhar, constitui uma verdadeira agressão física que, cedo ou tarde, resultará em conseqüências sérias para a saúde do trabalhador. Não podemos esquecer também que o repouso diurno é prejudicado

pelo ritmo familiar, urbano e biológico do indivíduo. Isto torna o sono diurno leve e interrompido. O repouso fracionado ocasionará, a longo prazo, uma fadiga orgânica do trabalhador, difícil de ser eliminada.

O trabalho noturno da mulher, além de sujeitá-la ao que acima foi exposto, apresenta outras implicações particulares. Entre estas está o ciclo ovariano. Em certos dias do referido ciclo, tanto a ativação diurna, como a desativação noturna, é maior em relação à do homem. Esse perfil específico da mulher — função da secreção ovariana — aparece na puberdade, se mantém durante todo o período da sexualidade ativa — que coincide com a vida de trabalho — e desaparece com a menopausa. A interferência aludida modifica, durante o mes, a resistência da mulher a certas agressões. Exemplo: sua sensibilidade cutânea ao calor. O excesso de fadiga na trabalhadora noturna durante o ciclo ovariano — que é maior do que a do homem — pode produzir a longo prazo efeitos patológicos sérios. É o caso das aeromaças que, depois de certo tempo, segregam hormônios masculinos em maior quantidade.

Ou o das enfermeiras noturnas, que sofrem um aumento considerável dos corticoides do sangue, ganhando com isso uma obesidade secundária, o que não acontece com os homens.

Terceira questão: *Se consideramos as razões sócio-econômicas que conduzem à necessidade de certos trabalhos noturnos e à necessidade da mulher de trabalhar, como aceitar tal tipo de trabalho prejudicial à saúde?*

Inicialmente, temos que considerar que do ponto-de-vista médico o trabalho noturno é contra-indicado tanto para homens, quanto para mulheres.

Logo, diante da necessidade de sua atuação, o justo seria organizá-lo de modo a eliminar a sua nocividade. Como isso hoje é difícil, devemos lutar para reduzi-lo a um mínimo, e nele usar o mínimo de pessoal.

Finalmente, é preciso batalhar para que se proporcionem serviços especiais para os que trabalham à noite.

No caso da mulher, é justo eliminar a discriminação contra ela existente na lei. Mas isso exige o aperfeiçoamento de instrumentos legais dos serviços de proteção à maternidade e à infância; serviços de higiene e segurança do trabalho. Sobre tudo a trabalhadora gestante deve ser preservada desse tipo de trabalho e de outros que criem problemas futuros à maternidade. É nisso que, portanto, o movimento feminino brasileiro deve se pronunciar por modificações na Consolidação das Leis do Trabalho. É esse o caminho para evitar equívocos e erros.

Z. A.

Comitê Central Comunicado do

Em sua última reunião, o Comitê Central decidiu pela expulsão de Wenceslau de Oliveira e de Aldo Dietrich dos quadros do Partido Comunista Brasileiro, em função de conduta indigna de um militante.